

## FRONTEIRA: COMERCIO, CONTRABANDO, CAMELOS

**Nelva Otero Schäffer**

**Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul  
Porto Alegre/Brasil**

### **RESUMO**

A presença dos camelôs nunca foi um fenômeno alheio ao comércio estabelecido junto às linhas de fronteira. Nunca, no entanto, eles chegaram a constituir mais alguns elementos esporádicos na paisagem urbana. Mas o que se verifica nos últimos anos é o estabelecimento de bancas/pontos como uma área centrais e promovendo polêmica quanto á permanência e legalidade da função, além de conflitos com o comércio formal.

O que se pretende, neste texto, é situar o crescimento e as características que apresenta recentemente o comércio de rua (ou comércio ambulante) na principal cidade da fronteira do Rio Grande do Sul (Uruguaiana), face às principais referências teóricas sobre o tema e enquadrando uma estratégia que penetrou a fronteira meridional acompanhado a desvalorizado de moeda brasileira em relação à platina.

Apontar a importância que assume o comércio na origem e desenvolvimento de núcleos urbanos situados junto ou próximos às linhas de fronteira não implicam em contribuição nova.

As fronteiras, enquanto particularidades históricas e geográficas, interferem nas atividades produtivas locais que, por sua vez, surgem como determinantes maiores da organização dos espaços urbanos. As variações cambiais geram uma “economia básica flutuante” (Neves, 1992), resultando da forte dependência destas áreas às conjunturas econômicas nacionais e internacionais e internacionais. As crises chegam rapidamente a uma das fronteiras e vivificam a atividade na fronteira vizinha ou, no dizer de um comerciante local: “a fronteira vai bem quando o país está mal”... a fronteira vai bem quando o país está mal”. A depredação da moeda nacional atrai compradores do país limítrofe e favorece o comércio e os serviços locais.

Assim se explica que vendedores de toda ordem (grandes ou pequenos lojistas, mascates) tenham adquirido um papel importante na organização funcional da fronteira meridional do Brasil. Junto ao comércio regularmente realizado, o contrabando foi praticado de forma intensa. Ao longo da evolução urbana destas cidades de fronteira a histórica do comércio e do contrabando se associam.

A presença do camelô nunca foi um fenômeno alheio ao comércio de fronteira. Nunca, no entanto, eles chegaram a constituir mais que alguns elementos esporádicos na paisagem urbana. Mas, o que se verifica nos últimos anos é o estabelecimento de bancas/pontos com uma frequência maior, marcando áreas centrais e promovendo polêmica quanto á permanência e legalidade da função, além de conflitos com o comércio formal.

Na fronteira meridional do Rio Grande do Sul é em Uruguai e a maior das cidades brasileiras na fronteira com a Argentina (quase 110.000 habitantes em 1991), que o aumento dos camelôs assume um caráter excepcional, com reflexos de diversas ordens sobre a estrutura e o funcionamento da cidade.

Soto (1986:102) ao analisar os dados estatísticos referente aos ambulantes existentes em Lima, em 1985, conclui que "... a contribuição do comércio ambulante para economia do País é considerável" Eram 91.455 ambulantes para um população de mais 4 mil hões de habitantes, ou seja, havia um ambulante para cerca de 50 habitantes. Em Uruguaiana, em 1992, este valor correspondia a um ambulante para menos de 20 habitantes, o que dimensión o setos na cidade.

O que se pretende, neste texto é situar o crescimento e as características que apresenta recentemente o comércio de rua (ao comércio ambulante) na principal Cidade da fronteira do Rio Grande do Sul, face às principias referências teóricas sobre o tema e enquanto uma estratégia que penetrou a fronteira meridional acompanhando a desvalorização da meda brasileira em relação à platina.

## **PARA ENTENDER OS CAMELÔS NA FRONTEIRA: AS REFERÊNCIAS**

O comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs é fenômeno comum no processo de urbanização latinoamericana e brasileira e, há mais de duas décadas, em expansão nas metrópolis do País. Os estudos sobre este setos da economia urbana (setos informal) segundo Cavalcanti (1987:499) e Barros (1938: 105), foram introducidos no Brasil no inicio dos anos 70. Ainda que tenham apresentado progressos, carecem de atualização, sobretudo face às dimensões que vêm apresentado em muitos centros, mesmo não metropolitanos, e às interligações que mantêm com outros setores da economia urbana o regional.

Enquanto uma revisão teórica, o trabalho de Azevedo (1986) retoma e discute diversos autores que trataram o tema, salientazo as abordagem mais significativas, ao mesmo tempo em que aponta (7) "*... o alto nivel de generalização do que é chamado de setos informal, sendo ignorada, portando, a grande heterogeneidade interna que ele apresenta*".

Em todos os autores, independente dos enfoques e do material empírico que sustenta a argumentação, está presente a importância crescente do setos no que tange à ocupação de trabalhadores urbanos. Cacciamali (1989) assinala este fato ao analisar trabalhos sobre o setos informal na América Latina e aos mostrar os dados sobre o crescimento do trabalho por Ponta própria entre e PEA urbana em todas as regiões do país, no período 1979/86.

Numa revisão daqueles trabalhos, a autora questiona o enfoque majoritário que é dado ao papel deste setor enquanto espaço de ocupação de trabalhadores que não conseguem em vincular-se a um emprego no setor formal, por escassez dos mesmos. Nesta perspectiva, o setos informal, entre os quais se incluem os camelos, "*..tendería a desaparecer (...) com o crescimento*

*econômico*”. A autora (46) contrapõe –se a este enfoque argumentando via forma de inserção na produção via forma de inserção na produção e pelo fato de que o setor possui “... *um espaço permanente na teia das relações capitalistas de produção*”.

Nesta mesma linha de raciocínio Azavedo (1986:79) desenvolve sua argumentação. Para autora “... *a distribuição de mercadorias realizadas pelo pequeno comércio cria condições para o consumo de certos bens produzidos pelas empresas capitalistas por camadas que, de outra forma, não teriam a eles (...)* Seria o caso dos camelos, (...) *Esses trabalhadores nada mais são do que uma espécie de extensão das empresas capitalistas, uma vez que se constituíram em um último elo da cadeia de sua comercialização*”.

O trabalho de Santos (1979), analisando a economia urbana tendo em vista a especificidade de espaço do Terceiro Mundo representa uma referência indispensável. Os conceitos de circuitos (superior e inferior) da economia urbana dos países subdesenvolvidos e a caracterização que dos mesmos faz o autor fornecem indicativos indispensáveis para análise sobre o comércio de rua em países subdesenvolvidos.

O papel deste trabalho no conjunto das atividades econômicas, sua relação com a ocupação de trabalhadores urbanos e as perspectivas de renda geradas neste âmbito da produção são questões polêmicas. Villoria (1991) é exemplar no sentido de questionar o conceito de “*informalidade*”, de viés econômico, para as diferentes formas (“*multiformalidade*”) de resistência e de sobrevivência das camadas menos favorecidas, e de questionar a visão reducionista que relaciona informalidade com pobreza urbana, tão freqüente nos estudos que tratam do tema.

O que se desprende destas leituras e a complexidade e diversidade de formas e enfoques que circundam a temática, a falta de uma escassez de estudos concretos que procurem analisar suas diferentes manifestações e seus efeitos sócio espaciais.

## **OS CAMELOS NA FRONTEIRA: A FORMAÇÃO DA “BAIXADA”**

Os camelôs que hoje atuam em Uruguaiiana correspondem aos vendedores de rua que Santos (1979: 172) denomina de “*sedentários*”, isto é, aqueles que têm um focal fixo de vendas, que têm um ponto em calçada ou perambulam exclusivamente pelas ruas centrais de cidades.

Até o início dos anos 80, tanto em Uruguaiiana, como na cidade argentina próxima (Paso de los Libres), a presença de vendedores autônomos de ambulantes, acompanhava o movimento pendular do comércio de fronteira, definido pelas variações cambiais. Estabeleciam-se nas áreas mais próximas à ponte internacional, em território do país cuja moeda estivesse momentaneamente desvalorizada, junto ao fluxo de eventuais compradores. Comercializavam basicamente os produtos de seu país.

A partir do início dos anos 80, com melhores condições de compra para a moeda argentina, é em Uruguiana que passaram a concentrar-se os camelôs, ocupando as ruas que dão acesso à ponte. Estes dois últimos anos (1991 e 1992), com situações de maior valorização do peso argentino face ao cruzeiro, responderam pelo aumento do número de barracas, muitas das quais atendidas por camelôs que não são naturais da cidade, mas que provêm de migração recente para a cidade.

A área primitiva de ocupação junto à ponte, rompeu seus limites, o que resultou na expansão dos camelôs sobre as calçadas das quadras próximas, num avanço que se direcciona à própria área central da cidade.

A área hoje tomada pelos camelôs cobre mais de uma dezena de quadras. Em parte delas tornou-se inviável o trânsito de veículos, porque os pontos de venda ocupam tanto as calçadas quanto o leito da rua. Também a circulação das barracas. As situações de violência e de tráfico de drogas que, com frequência, a população associa ao crescimento deste comércio, gerou a denominação de “Baixada Fluminense”, ou simplesmente “Baixada” para esta parte da cidade, numa referência àquela área do País, identificada nacionalmente pelas situações de criminalidades e violência.

Evitando este termo de cunho pejorativo, a imprensa local tem preferido o termo “camelódromo” ao referir-se à área ocupada por estes vendedores de rua, ainda que o termo “Baixado” seja de uso mais corrente entre população local.

Como um dos efeitos espaciais imediatos à implantação/expansão da “Baixada” ocorreu o processo de depreciação das construções próximas para o uso residencial e sua valorização para o comércio, promovendo uma rápida alteração do uso do solo nestas quadras.

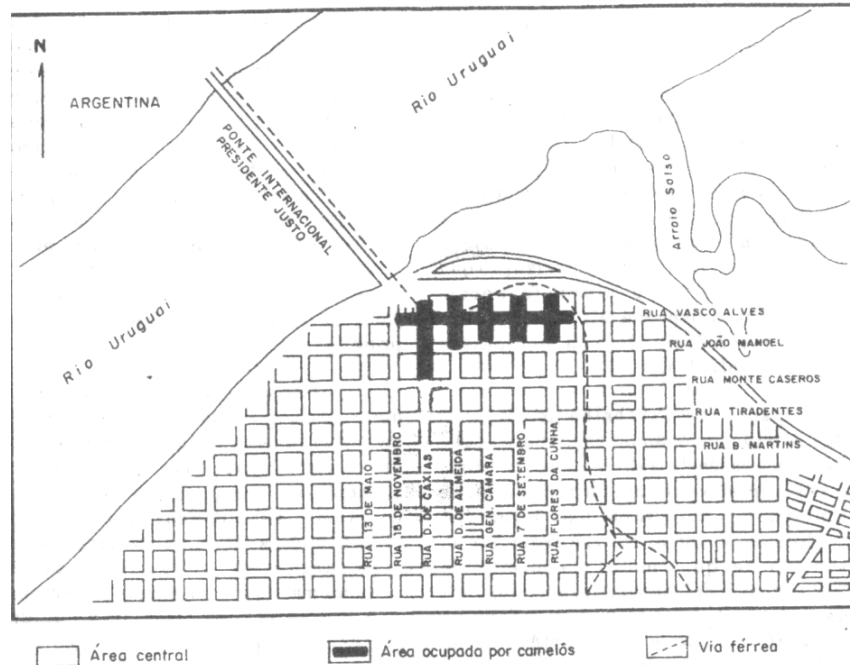
O estabelecimento dos camelôs conduz a uma primeira inferência no sentido de valorização dos imóveis para uso residencial, fundação de todas as quadras até o surgimento dos primeiros pontos, no início dos anos 80. As barracas nas calçadas, impedindo inclusive o acesso aos portões das moradias (a maioria de las de bom padrão construtivo, visto tratar-se de área central da cidade), o movimento contínuo, o barulho e a sujeira ao término do dia, não correspondem à qualidade de ambiente desejado para o espaço de morar.

Desfazer-se destas residências tem sido a prática dos proprietários. Mas, a possibilidade de venda concretiza-se com certa facilidade e a valores compensadores, sobretudo para os imóveis mais simples, visto que os próprios camelôs, ou seus agenciados, interessam-se pela aquisição da área construída. Os valores negociados, em torno de U\$S 50.00 para a venda de propriedades simples, seriam impraticáveis não fosse a perspectiva de uso comercial das propriedades passam imediatamente a brigar comércio.

Uma prática comum tem sido também o aluguel de garagens, utilizadas como lojas. A construção, Próximo à “Baixada”, de galerias comerciais, envolvendo

um setos imobiliário, é outra prática associada a esta expansão recente do comércio de rua na cidade.

#### AREA OCUPADA PELOS CAMELOS EM URUGUAIANA



#### CAMELÔ: SUBSISTÊNCIA & ACUMULAÇÃO

Se a estatística quanto ao número de barracas é difícil, praticamente impossíveis são os dados sobre a rentabilidade deste comércio ambulante. As possibilidades de informações seguras obtidas em pesquisas por amostragem são restritas. As despesas são evasivas, quando não propositalmente distorcidas.

É comum que, em teoria, o comércio ambulante esteja associado a situações de pobreza de morador urbano. O quadro de deteriorização econômica da América Latina, associado a um padrão espacial da população que privilegia a concentração urbana que privilegia a concentração urbana têm sido apontado por diversos autores como fator de promoção do setos informal, e nele o do comércio de rua, nas últimas décadas.

Nesta perspectiva de pobreza urbana, Santos, (1970:36) afirma que no circuito inferior, onde inclui-se a atividade dos camelôs "... a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família". Já Caccissli (1987: 34) apresenta outra abordagem. Para a autora as atividades informais "... não obrigatoriamente estão associados a baixos níveis de renda, encontrando-se sobrevivência e de ascenso social de uma parcela da população com características específicas".

Se argumentação de Santos é válida para alguns dos camelôs localizados Uruguaiana, a situação não pode ser generalizada. Com frequência, esta actividade vai bem além da subsistência, permitindo um variável nível de acumulação e aproximando-se das colocações de Cacciamali. Neste caso estão os agentes indirectos envolvidos no funcionamento do “camelódromo”, como os atacadistas e outros intermediários. Estão aqueles que são proprietários de lojas na cidades da fronteira, e que agenciam ambulantes, mantendo um controle sobre várias barrancas. Estão os que se envolvem em atividades paralelas ao comércio de rua, como é o caso do tráfico de drogas e da prostituição.

As possibilidades de ganhos, neste comércio, não permitem situá-lo, exclusivamente, como uma mera estratégia de subsistência dos setores mais desprotegidos, ainda que existam estes casos. Em Uruguaiana há diversos elementos facilmente identificáveis que apontam no sentido da acumulação. O valor de negociação dos imóveis e de obtenção dos pontos no “camelódromo”, a renovação urbana nesta área e o nível de consumo de alguns camelôs são sugestivos.

O valor de “venda” do ponto e da Caraca, situado em torno de 1000 e 20 000 dólares, respectivamente<sup>1</sup>, bem como o aumento continuado do número de vendedores (cerca de 6000 barracas nos finais de semana, um pouco menos nos demais dias, quando em Poro Alegre, Com população não chega a 1500), indicam o papel que venda o de rua vem assumido, enquanto actividade econômica urbana.

O que se verifica com a expansão dos camelôs em Uruguaiana está bem mais próximo de estratégias de acumulação de que de sobrevivência, ainda que estas estejam presentes no trabalho individual, não raro, familiar nas barracas. A grande maioria dos camelôs trabalha por conta própria. Mais de 90% deles trabalha sozinho ou com até mais um campanheiro de ocupação de ocupação que, via de regra, é membro da família. Há, no entanto, camelôs que declaram sua vinculação funcional e empresários do setor formal, ainda que não disponham de registro ou vínculo empregatício.

Segundo a mostra realizada, do total de camelôs estabelecidos em Uruguaiana, 65% de era formada por aqueles que estavam no ponto há menos de um ano, indicando o caráter extremamente recente e rápido de implantação deste comércio de rua. Outro aspecto a considerar diz respeito ao manejo da propriedade ou domínio dos pontos: um número significativo (36%) havia adquirido o ponto de outro usuário, pagando por esta “transferência”. Em parte esta situação se explica a través da utilização do “Uso da área”, obtida pela “compra” daquele documento de um camelô que o tenha conseguido na Prefeitura Municipal.

Entre os que os que não são naturais de cidade menos de metade (47%) chegou há menos de 10 anos. Quase 40% deles vive na cidade há menos de cinco anos e, destes uma quarta parte ali chegou há menos de três anos. Na

---

<sup>1</sup> . Soto (1989) aponta valor em torno de US\$1000 para transferência de ponto em área central da cidade de Lima.

maioria destes casos o tempo de trabalho no “camelódromo” coincide com o tempo de residência na cidade.

A questão do emprego/desemprego é polêmica em relação à expansão deste comércio. O contato com os camelôs em pauta a noção de atividade temporária, daquilo que se faz na lacuna do emprego, no espaço do desemprego. Para a muitos deles nunca deles nunca houve o emprego formal: sempre houve trabalho. Para outros, as perspectivas de trabalho assalariado responderiam por ganhos situados entre um e dois salários mínimos<sup>2</sup>, face à baixa qualificação do trabalhador e à escassez de empregos. Porém, revenda simples, como a colocação em bares e armazéns da periferia das cidades fronteiriças de pacotes de cigarros trazados por meio de uma viagem semanal ao Paraguai, com mínimos investimentos, representavam uma renda mensal de cerca de 500 dólares, ou seja, vete vezes o salario mínimo naciona permitindo tempo livre para envolvimento em outras fontes de renda. Há, ainda a considerar, o trabalho de aposentados e pensionistas, que complementam a renda individual e familiar com participação neste comércio.

Não há, assim, a intenção do emprego regular. Ou, conforme afirma Barros (1988:110) “... Não se pode” *considerar adecuadamente o ambulante comó um refugio temporário ao emprego*”. Neste entendimento pensar a temporalidade do “Camelódromo” e, no mínimo problemático. A perspectiva formal do emprego/salário ou de investimento/lucro, presente às classes médias e às análisis acadálicis acadêmicas, toma aquí a dimensação maior: ocupação e renda.

## **A RELAÇÃO COM A CIDADE**

A aproximação física dos camelôs resulta de uma estratégia de atração aos compradores. Beneficiam-se na concorrência. Significa também, um procedimento de auto-defensa que os torna mais fortes frente ao comércio formal. Este, ao sentir-se prejudicado, hostiliza os camelôs e mobiliza o poder público. O aspecto autônomo desse comércio de rua o seu carácter invasivo, conforme Costa (1988: 114) “...*acabam por gerar uma relação conflitosa com o poder público e as instancias sociais*”.

A prefectura Municipal de Uruguiana, ana média em que os camelôs foram aumentando em números e em que os conflitos comecaram a surgir, tanto com os comerciantes estabelecidos, quanto com os residentes da área central, passou a adotar algumas mediadas de cunho fiscalizador. Mas, nunca houve medidas mais restritivas ou punitivas ao uso da área pública.

A primeira medida neste sentido foi adotada a través do estabelecimento do “uso de área”, isto é, de uma permissão de uso de espaço público (calçadas), concedida a pessoas que residam há mais de uma no na cidade e que preenchan o cadastro específico. A concessão provisória de “Uso de área” implica em pagamento à Prefeitura Municipal de uma taxa mensal (cerca de um

---

<sup>2</sup> Salário mínimo, no Brasil, em creca de 70 dólares á época da pesquisa (otubro de 1992)

dólar em outubro/92)<sup>3</sup> em pagamento à Prefeitura municipal de uma Taxa, a impossibilidade de fiscalização gera vários desvios. A venda do ponto para novos moradores da cidade e para aqueles que já têm um ponto são os mais comuns.

Para comerciantes regularmente estabelecidos os camelôs representam uma concorrência insustentável. Diversas delegações são colocadas na busca da erradicação ou da realocação do “camelódromo”: não pagamento de taxas e impostor, aquisição irregular de mercadorias, ocupação ilegal de espaço público, sujeira e transtorno a área central, insegurança.

A questão da autorização ou licenciamento dos camelôs é outro ponto polêmico. A falta de visibilidade que adquirem frente ao Estado, e que é apontada por diversos autores, decorre de sua inexistência jurídica, já, que como afirma Azevedo (1986: 34) este comércio “... se caracteriza pela redução da formalização jurídico-institucional...” Analisando a questão, Caccimali (1987:34) considera que “.... A invisibilidade frente ao Estado representa a forma como, nesta década, os agentes econômicos estão enfrentando a instabilidade política e social do País e a instabilidade política e social do País e a estagnação do nível da atividade econômica”.

É difícil, senão impossível, estabelecer o quantum de participação deste setor na renda de um país ou de uma cidade. Valores em torno de 50% são citados com frequência e têm sido utilizados como argumento para desenvolver programas voltados à promoção de micro-empresas. Representam, junto a outros objetivos a possibilidade de fazer aflorar esta produção, tornando-a visível e capaz de ser tributada.

Se a relação com o comércio regularmente estabelecido tem o conflito marcado pela ocorrência e pela diferente participação nos encargos, a relação com a sociedade local, vista sob o ângulo de residente e de consumidora, é ambígua. Se de, uma parte, os moradores expressam uma preocupação com questões como a preservação de certa qualidade do espaço central, em termos de patrimônio, circulação e segurança, apresentando reservas e mesmo oferecendo resistência aos camelôs face à transformação do espaço e face aos problemas vinculados de drogas, assaltos e prostituição, por outro, reconhecem o papel destas vendas na redução do custo final dos produtos. Os compradores não se restringem aos originários dos setores de baixa renda.

A possibilidade de compras de bens diversos de origem industrial, com valores bem abaixo dos praticados no comércio, é absorvida por todas as camadas. O próprio comércio local forçado pela concorrência dos camelos, apresenta

---

<sup>3</sup> A análise de Soto (1989: 112) sobre os ambulantes de Lima, ao abordar o que se refere à segurança e à necessidade de reconhecimento formal de atividade, indica uma forma de pagamento de imposto municipal denominado *sisa*, que confere ao indivíduo o direito de exercer o comércio sobre ruas e calçadas, sem dar-lhes qualquer direito sobre aquele espaço (direito de uso, mas não posse). Segundo o autor, corresponde a um instrumento valioso de segurança e estabilidade e, por isso, os ambulantes mostram-se atentos ao pagamento e ao porte do recibo. Por outro lado, as autoridades têm interesse na *sisa*, porque o valor cobrado por m de área de uso concedido aos ambulantes é superior ao cobrado aos comerciantes regularmente estabelecidos, representando uma receita não desprezível.



preços menores que em cidades próximas, dissecionado o comércio regional para este ponto da fronteira.

A venda de produtos contrabandeados de Paraguai<sup>4</sup>, via compras em Ciudad del Este, é feita por grande parte dos camelôs. A evolução das cidades da fronteira esta pontilhada por eventos que indicam a importancia do comércio e do contrabando, mas nunca o mesmo se fez da forma tão ampla como se verifica neste comércio de rua.

O reduzido número de estabelecimentos industriais na cidade não condiz com diversidade de mercadorias oferecidas e com a quantidade de produtos que, sabidamente, provêm do Paraguai, sob a forma de contrabando. Para abastecer estes vendedores associa-se outro fenômeno novo á cidade: o aumento de “atacados”. Na verdade, são extensões de indústrias regularmente estabelecidas no país, como é o caso das têxteis de Santa Catarina, quanto depósitos de intermediários que negociam produtos da indústria nacional e estoques obtidos na fronteira paraguaya.

A Possibilidade de ampliar o poder aquisitivo da renda familiar, a través das compras feitas no Brasil, é razão maior de predomínio de argentinos entre os compradores. A diversidade de mercadorias e a origem de grande parte delas, proveniente da aquisição Paraguai de uma vasta gama de produtos da indústria eletro-eletrônica estabelecida fora da América, aproxima o consumo da população local argentina e brasileira de padrões que não correspondem aos dos inters básicos a sobrevivência das camadas menos favorecidas apontadas nos textos que abordam este setor do circuito inferior. Estes camelôs diferenciam-se, assim, daquele modelo tradicional de comércio centrado em bancas, barrancas ou estandes para venda de gêneros alimentícios, de roupas a calçados de baixo padrão de elaboração e de artesanato.

A afirmativa de Santos (1979: 28) de que a “...A participação á parcial ou ocasional nas camadas menos favorecidas”, encontra, na expansão deste setor de comércio na cidade, a forma concreta desta participação.

## **CONCLUSÕES**

Face ao exposto, mais do que conclusões, o que se registra como finalização do texto são considerações gerais. De qualquer forma, mesmo que este trabalho represente uma primeira aproximação à realidade deste comércio é que os dados coletados Sejam incipientes, é possível concluir-se pela complexidade e dinamicidade de situações afeitos sócio- espaciais que estão envolvidos na origem e expansão destes camelôs de fronteira. E é exactamente esta dimensão espacial que coloca em pauta a questão da permanencia ou da efemeridade deste comércio de rua.

---

<sup>4</sup> Conforme Benlin (1992) o Paraguai tem se destaque, nos últimos anos, por sua economia aberta. Segundo a autora “... las fronteras de nuestro país se han desdibujado, y una economía informal subterránea se ha desarrollado hasta adquirir dimensiones impresionantes”.

A grande maioria dos aspectos que, segundo Santos (1979) dá o carácter ao circuito inferior na economia urbana é encontrada na prática destes camelôs concentrados em Uruguiana, E o caso do baixo investimento em capital e tecnologia; do predomínio de autônomos e de escassa situação de assalariamento; dos estoques reduzidos e da baixa qualidade dos mesmos; das relações diretas com clientela: dos baixos custos operacionais; da facilidade de mudança de ramo e de realocização espacial do ponto de vendas.

Há, no estanto, características do circuito inferior que não se configuram no espaço do “Camelódromo”. Nesta situação esta a que diz respeito ao fato de que este circuito “... encontra os elementos de sua articulação na cidade o na região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação forma da cidade e de sua região” (Santod, 1979:37). A dinâmica destes camelôs da fronteira ensaia uma trama que impede uma classificação clara dentro de um destes circuitos. E o caso da articulação regional. O “*camelódromo*”, situado numa área específica de uma cidade de fronteirs, estende seus interesses a vários pontos do espaço. As compras delimitam uma área que atinge as zonas de produção industrial do Sul (Região Metropolitana de Porto Alegre, zona industrial de Caixas do Sul, vale do Itají, Região Metropolitana de Curitiba) e do Sudeste (em especial São Paulo e Rio de Janeiro) além do Paraguai. Para as vendas concorrem os compradores os compradores locais (Uruguiana e Paso de los Libres somam mais de 150 000 habitantes), os argentinos, beneficiados no contexto da desvalorizado da meoda brasileira em relação á Platina.

As referências teóricas ao comércio de rua nas cidades latinoamericanas, face oa contexto econômico e ao papel do Estado (burócrata e tributarista) conduzem a raciocionar em termos de sua permenência e consolidação, enquanto uma via alternativa á forte ingerência do Estado na formalização de uma atividade produtiva e ao crescimento vagaroso dos setores ditos legais.

No caso da fronteira, as possibilidades de negócio extravasam os limites do urbano e o comércio oscila ao sabor da coyuntura cambial. Esta dinâmica perturba a avaliação e ocorre para situar o comércio ambulante de fronteira em uma outra perspectiva: o da efemeridade e o da variação cíclica, o que problemática sobremaneira o pensar a cidade.

Uma análise mais consistente, que subsida a gestão pública e norteie as ações dos agentes envolvimos, deve ser promovida. Neste sentido torna-se indispensável o conhecimento mais profundo de como se comporta no espaço concreto , na realidade local, o entrelaçamento de ação dos camelôs como o setos legal (pequenos e grandes empresários, atacadistas, logistas) e como outros setores da informalidade; quanto desta trama (sobre tudo em serviços complementares) se estabelece no se estabelece no âmbito da ccidade; e quanto pode representar em riqueza gerada para a comunidade.

De outra parte convirtió entre os diferentes segmetos sociais, consecuentemente entre diferen intereses, implica numa análise sobre os elementos de coesão qu existem entre estes camelôs e as práticas que adotam

no confronto como o setor formal e o Estado, e em quanto às aspirações e perspectivas que encaminham suas ações.

## **BIBLIOGRAFIA**

Azevedo, BRZ A produção, não capitalista; uma discussão teórica, Porto Alegre, FEE, Teses, Nº10, 1986.

Barros, N. C. Migrações, urbanização e setor informal: estudo sobre as formas de comercialização em área de emigração para as metrópolis de São Paulo e Rio de Janeiro in Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB, Nº 66, 105-112, 1998.

Bendlín, C. Proceso de integración y la regularización de la economía informal en ciudades de frontera, Uruguiana, dat. 1992.

Cacciamail, M. C. Expansão do mercado do trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil, in Estudos Econômicos, Vol. Nº19 especial, IPE/USP, São Paulo, 25-48, 1989.

Cavancanti, C. Economia oculta, pequena produção, mercado informal ou circuito inferior: tentativa de precisar um conceito para o setor informal, in Ciencia e Cultura Nº 5/6, Vol. 39, 499-504 São Paulo 1987.

Costa, E. G. Anel, croado, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo, Nova Stella/EDUSP, São Paulo 1989.

FEE- Anuário dos municípios do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1987.

FIBGE Conheça Uruguiana, Uruguiana, 1992.

Neves G, Fronteira identidade regional e integração, comunicação apresentada no II Seminario Técnico de Integração da América Latina, Porto Alegre, UFRGS/dat, 1991.

Santos, M. O. Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, Rio de Janeiro, Lavraria Francisco Alves, 1979.

Soto H, Economía subterránea: una análise da realidade peruana. Rio de Janeiro, Editora Globo 1986.

Villoria, A. M. La construcción de la informalidad; el valle de Chalco, in Memoria del III Encuentro de Geógrafos de América Latina, México, 130-144, 1991.